

GABARITO

	Enunciados	Respostas
1	<p>Empresa X é devedora de crédito fiscal constituído em favor do Estado do Ceará em relação a ICMS, já havendo sido regularmente notificada pela Fazenda para que proceda ao recolhimento do crédito. No entanto, a fiscalização toma conhecimento de que o devedor está tentando alienar bens, inclusive tentando a transferência da titularidade para terceiros, tudo com a finalidade de frustrar o crédito. Diante desse caso:</p> <p>a) Qual medida poderá ser tomada pelo ente credor?</p> <p>b) A qual juízo será apresentada a medida?</p> <p>c) Qual a defesa que poderá ser apresentada pelo sujeito passivo do crédito tributário?</p>	<p>A) Diante do caso narrado o devedor está tentando alienar bens para frustrar a execução fiscal e, portanto, nos termos do artigo 1º, da Lei 8397/92, terá cabimento a ação cautelar fiscal. As situações que autorizam o cabimento estão no artigo 2º da referida Lei, dentre os quais, está a atividade narrada no caso concreto.</p> <p>B) A medida será requerida perante o juízo competente para a execução judicial da dívida ativa da Fazenda, nos termos do artigo 5º, da Lei 8397/92.</p> <p>C) O requerido será citado para, no prazo de 15 dias, apresentar contestação, nos termos do artigo 8º da referida Lei.</p>
2	Elabore o endereçamento nos seguintes casos	
A	Joaquim teve regular desconto de IRPF na fonte para o exercício de 2014, resultando o valor de R\$ 1.500,00 para ser restituído até o final de 2015. Joaquim reside em Santos, onde é sede de Juízo Cível Federal e Juizado, e pretende a propositura de ação para a cobrança do valor	EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA ___ VARA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTOS/SP Art. 3º, da Lei 10.251/01.
B	Igreja "X" que exerce atividade religiosa em Fortaleza/CE está sendo cobrada pelo Estado para o pagamento de ICMS, em razão dos artigos religiosos comercializados durante os cultos. A entidade recebeu notificação do lançamento e pretende propor ação para anular a cobrança.	EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ___ VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE FORTALEZA/CE
C	Alberto, Auditor da Receita Federal do Brasil, lotado em Vitória/ES, lavrou auto de infração e imposição de multa contra a empresa X. Considerando a violação de direito líquido e	EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA ___ VARA CÍVEL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA NO ESPÍRITO SANTO Art. 109, VIII da CF.

	certo, a empresa com sede no Rio de Janeiro, pretende propor a ação cabível contra o ato da autoridade.	
D	O Ministro da Fazenda, em razão da crise econômica, baixou decreto para elevar a alíquota de IPI. Por sua vez, a Federação das Indústrias, pretende a propositura de mandado de segurança contra o ato da autoridade	EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA Art. 105, I, b CF
E	O Tribunal de Justiça de Minas Gerais, ao julgar recurso de apelação, prolatou acórdão entendendo exigível o depósito prévio como requisito da interposição de recurso administrativo, com expressa violação à Súmula Vinculante n. 21 do Supremo Tribunal Federal. Assim, a parte prejudicada, pretende a propositura de medida para a garantia da eficácia da autoridade da decisão do STF.	EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL Art. 102, I, I da CF
F	Empresa Y, com sede em Manaus/AM, realizou recolhimento a maior de CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido). Dessa forma, pretende a propositura de ação para a restituição dos valores.	EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA ___ VARA CÍVEL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MANAUS/AM 109, I, cf
G	A ECT (Empresa de Correios e Telégrafos), empresa pública federal, tomou ciência de que o Estado de Santa Catarina instituiu e passará a exigir no próximo exercício financeiro o recolhimento de ICMS. Dessa forma, pretende obter declaração judicial de inexistência da obrigação tributária.	EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA ___ VARA CÍVEL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
H	A empresa W pretende pagar determinado Imposto e está sendo cobrada por dois entes políticos diferentes. A empresa está em Blumenau/SC, sendo cobrada pelos municípios de Blumenau e de Joinville. A empresa pretende realizar o pagamento em juízo para evitar os efeitos da mora.	EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ___ VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE BLUMENAU.
3	Indique os recursos ou meio de impugnação contra os atos seguintes	

A	Ato judicial que julga improcedente embargos à execução fiscal	O ato tem natureza de sentença e, portanto, comportará APELAÇÃO (art. 1009 do CPC).
B	Ato judicial, em primeira instância, que nega liminar em mandado de segurança	O ato tem natureza de decisão interlocutória e, portanto, o recurso cabível será de AGRAVO DE INSTRUMENTO . O artigo 7º, § 1º da Lei 12.016/09 (Lei do MS) prevê expressamente o cabimento do agravo. Também poderá ser fundamento no artigo 1015, I e XIII do CPC.
C	Em acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em julgamento de apelação de mandado de segurança, denegatório, afirmando que não há imunidade tributária para as pessoas referidas no art. 150, VI, c da CF, quando o imóvel estiver alugado. Indique a medida capaz de garantir a garantia de eficácia do entendimento do STF sobre o tema.	O ato violou a súmula Vinculante 52 do STF, portanto, tem cabimento a propositura de RECLAMAÇÃO . A reclamação tem natureza de ação (não é um recurso). Portanto, seguirá modelo de petição inicial. Fundamentos: Art. 103, § 3º da CF. Art. 988 do CPC Atenção: utilizar também artigos dos regimentos internos do STF e do STJ.
D	Acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo determinou a aplicação de lei local acerca de prescrição em matéria tributária. Tal entendimento violou o disposto no CTN que prevê uma regra nacional para a prescrição.	Caberá RECURSO EXTRAORDINÁRIO , com fundamento no artigo 102, III, d, da Constituição da República. Nesse caso a tese será a discussão de competência legislativa. Em matéria tributária, a competência é concorrente, nos moldes do artigo 24, I da CF. No entanto, em matéria de competência concorrente, a competência da União é para a edição de normal geral, nos termos do § 1º do referido artigo, ou de sua competência tributária (seus tributos), . No caso, prescrição tem natureza geral.
E	Decisão monocrática proferida por relator de Tribunal Regional Federal em sede de julgamento de apelação	AGRAVO INTERNO , nos termos do artigo 2012 do CPC.
F	Mandado de segurança impetrado originariamente no Tribunal de Justiça do Estado X, sendo a decisão denegatória da segurança.	RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL , art. 105, II da CF e artigo 1027 do CPC
G	Para a obtenção da restituição (indébito) do valor de R\$ 5.000,00 recolhidos a mais a título de imposto de renda, o contribuinte X propôs ação perante o Juizado Federal de sua cidade. Por sua vez, o magistrado prolatou sentença de improcedência, em síntese, por entender que não cabe esse tipo de ação no Juizado.	Proferida sentença no JUIZADO o recurso será inominado. Para efeito de modelo, será utilizado o recurso de apelação, mas com prazo e nome diferente (apenas recurso), nos termos do artigo 41 da Lei 9099/95.